

LIVROS PROIBIDOS NO BRASIL COLONIAL

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento

Universidade Tiradentes
E-mail: ester.fraga@uol.com.br

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto

Doutoranda em Educação pela UFRN
E-mail: raylane.navarro@bol.com.br

Resumo: Esta comunicação, parte de uma pesquisa que temos desenvolvido, tem o objetivo de investigar a produção e circulação de impressos no Brasil Colonial. Na perspectiva da História Cultural, é possível apreender que o Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII não estava indigente de ciência, apesar da historiografia dos primeiros anos da República produzir uma interpretação carregada de preconceitos. As pesquisas realizadas por Maria Lucia Hilsdorf (2003), Jorge Nascimento (2001), Jorge Araújo (1999), Vilalta (1997) e Frieiro (1981) possibilitam afirmar que existiu uma presença significativa de impressos diversos no Brasil lidos não somente por estudantes e letrados, mas também por um submundo da literatura ilustrada. O recorte temático está pautado teoricamente em Chartier (1996) e Ginzburg (1989).

Palavras-chave: Impressos, Circulação; Escolas; Brasil Colonial.

Seminário do 16º COLE vinculado: Leitura, Escola, História (07)

Este texto tem o objetivo de investigar a produção, circulação e apropriação de impressos católicos e protestantes no Brasil colonial. Na perspectiva da História Cultural, foi possível apreender as estratégias utilizadas pelas duas concepções cristãs, presentes no país desde meados do século XVI, facilitaram a instalação de suas igrejas e escolas, corroborando, no caso do catolicismo, para sua afirmação e, no caso do protestantismo, para a sua definitiva inserção no país (NASCIMENTO: 2005).

Quando falamos de impressos estamos nos reportando às suas distintas formas materiais, à produção do sentido e às práticas de leitura. Tratamos do mundo do texto e do mundo do leitor; da ordem dos livros e da ordem dos discursos; de formas e sentidos. Todos esses termos reportam-se à produção material dos impressos, ou seja, dos seus suportes, do objeto escrito, até a apropriação da mensagem contida neles. O livro sempre procurou estabelecer uma ordem, seja na sua decifração ou pela autoridade de quem o encomendou ou permitiu sua publicação. Manuscritos ou

impressos, os livros também são “objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (CHARTIER, 1996: 8).

A história do livro é um campo de investigação que procura compreender como as idéias eram transmitidas por vias impressas e como o contato com a palavra impressa afetou o comportamento da humanidade nos últimos quinhentos anos. A nova corrente de investigação se desenvolveu principalmente nos anos de 60 do século XX na França sob a perspectiva da escola dos *Annales*. Os novos historiadores do livro, ao invés de se deterem em detalhes da bibliografia, procuraram descobrir o modelo geral de produção e consumo do mesmo ao longo de grandes períodos de tempo. Concentraram-se não somente nos livros raros e edições de luxo, mas também no tipo mais comum deles, procurando descobrir a experiência literária dos leitores comuns.

LIVROS DO BRASIL COLONIAL

Católicos e protestantes são agentes religiosos presentes no Brasil desde a segunda metade do século XVI. Apesar de seu interesse salvacionista, a Companhia de Jesus, a partir de 1549, contribuiu para a instrução pública no país e “indiretamente ampliou e trouxe as primeiras leituras para o Brasil. Mesmo leituras obrigatórias e para servir de cópias aos modelos clássicos ou eclesiásticos, aos poucos vieram alicerçar a formação social e literária da Colônia”. Para Araújo, foram os jesuítas que “nos trouxeram o alfabeto, o latim, a gramática e a literatura de fundo místico e ascético” (ARAÚJO, 1999: 23,32).

Provavelmente, os primeiros livros que circularam no Brasil foram trazidos pelos jesuítas. Em cartas, os missionários solicitaram livros e bibliotecas aos líderes da Companhia de Jesus, apesar de não terem registrado os títulos. Devem ter sido publicações de devoção e outras destinadas à evangelização dos nativos. Antônio de Nóbrega, em carta datada de *Baía, 15 de abril de 1549*, fez um pedido de livros, os quais, ele confirmaria em outra missiva, registrada de *Porto Seguro, 6 de janeiro de 1550*, “terem chegado duas caixas contendo livros e ornamentos”. Em 25 de abril de 1553, o padre Cipriano Suárez, falando da missão evangelizadora no Brasil, solicitava ao P. Ignácio de Loyola que enviasse livros (ARAÚJO, 1999: 24).

Para doutrinar os colonos portugueses e indígenas, principalmente as crianças, José de Anchieta produziu um catecismo bilíngüe, em tupi e em português, provavelmente no ano de 1560. No *Diálogo da Fé*, composto de 616 perguntas e respostas, o mestre fazia as perguntas e o discípulo as respondia. O catecismo abordava principalmente os costumes indígenas, como “comer gente” (antropofagia), “comer terra ou outra coisa para morrer” (suicídio) e fazer-se feiticeiro. Quanto aos conteúdos bíblicos, explicava a Trindade, a Semana Santa e o Decálogo (NASCIMENTO: 2006b).

Em meio a fatores socioeconômicos característicos do processo de colonização, uma necessidade se impunha: a expansão da fé católica, com o objetivo de garantir não só o espaço da Igreja e conter o Protestantismo, como também de promover uma unidade religiosa que fortaleceria Portugal. Para isso, foram produzidas a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, em 1595; a *Arte da Língua Brasílica*, de Luís Figueira em 1621 e, em 1699, a *Arte de Gramática da Língua Brasílica da Nação Kiriri*, de Luís Vincencio Mamiani.

Em fins de Quinhentos, existiam bibliotecas jesuíticas no Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo. Araújo ainda informa que no ano da expulsão dos soldados de Cristo, em 1759, sua biblioteca “era da ordem de 15 mil volumes”, destacando a “poderosa influência no comportamento do leitor brasileiro”. Além de cartilhas, livros de devoção, práticas de sermonários e catecismos teológicos, existiam clássicos, censurados pelo *Index* inquisitorial, como Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio, Sêneca, Aristóteles, Platão, Demóstenes, Homero, Hesíodo e Píndaro (ARAÚJO, 1999: 34-37).

Araújo (1999), para construir o perfil do leitor colonial, não considera a ação protestante no país. No entanto, as primeiras incursões dos seguidores de Lutero em terras brasileiras que se tem notícia datam de meados do século XVI, concomitante à presença dos jesuítas, quando franceses comercializavam madeiras brasileiras com os índios tupinambás. Também foi registrado naquele período pelo Santo Ofício a presença de piratas e corsários franceses, ingleses e holandeses na costa brasileira, que tentavam romper o monopólio comercial ibérico (NASCIMENTO: 2006a).

Segundo Gilberto Freyre, “foi no Rio de Janeiro, em 1555, que teve início o estabelecimento ou a organização sistemática do Protestantismo nas Américas”. Para o Autor, “tanto o Judaísmo como o Protestantismo organizados, aquele em sinagogas ou congregações, este em capelas e escolas, tiveram seus começos nas muito Católicas terras do Brasil, onde também tiveram começo a literatura israelita nas Américas e a catequese de ameríndios pelo cristianismo evangélico” (FREYRE, 1960: 41). A expedição do almirante Nicolás Durand de Villegaignon tinha o objetivo de fundar uma colônia francesa em terras brasileiras, a França Antártica. Ministros reformados, enviados pelo próprio Calvino, organizaram a primeira igreja protestante na Ibero-América e celebraram o primeiro culto, a primeira Santa Ceia e o primeiro casamento pelo ritual litúrgico da Igreja Reformada de Genebra.

O Padre José de Anchieta falou, em 1560, em carta ao Cardeal D. Henrique, que, no forte Coligny, após ser tomado pelos luso-Católicos, foram achados muitos “livros heréticos”. Alarmados, “os mesmos luso-Católicos decidiram agir severamente contra os franceses que se passassem para o lado deles, luso-Católicos, pois nutridos por tais livros poderiam ser perigosíssimos como propagadores de heresias; e também

por ter havido entre eles, no Brasil, mestre – ou mestres – de artes liberais, grego, hebraico, verdadeira sagrada Escritura” (FREYRE, 1960: 198).

Na Europa pré-industrial, numa época marcada pela Reforma Protestante e pela difusão da imprensa, a Igreja Católica viu a necessidade de estabelecer um plano de contenção daquela nova onda religiosa, no qual o Tribunal da Inquisição tornou-se uma importante arma da Contra-Reforma, perseguindo sistematicamente os heréticos tanto nas metrópoles como nas colônias portuguesas e espanholas. Apesar da pluralidade étnica, cultural e religiosa encontrada na população de Portugal e Espanha, a Inquisição foi um fenômeno que conseguiu impor-se por seu aspecto mítico, divino e irracional, combinando estratégias políticas e religiosas que visavam o poder.

O Santo Ofício veio ao Brasil com o objetivo de refrear as incursões e a “má” influência de piratas e corsários franceses, holandeses e ingleses que infestavam a costa brasileira com suas idéias luteranas “heréticas”; fortalecer o mercado europeu com produtos nativos; como também, controlar a entrada de imigrantes nas Capitâneas da Bahia e de Pernambuco, área onde estava concentrado o maior número de luteranos e cristãos-novos¹. Em 1591, o Licenciado Heitor Furtado de Mendonça iniciou suas atividades combatendo práticas religiosas dos índios e negros; punindo aqueles que praticavam atos de sodomia, bigamia, feitiçaria, magia; como também aos cristãos-novos, com suas heresias judaizantes, representantes da burguesia comercial em ascensão, que, fugindo da perseguição religiosa na Europa, se instalaram no Brasil, disseminando suas práticas religiosas.

Em alguns momentos, o livro *Confissões da Bahia* oferece pistas sobre a presença de escolas e livros protestantes no país, durante o século XVI. O francês Pero de Vila Nova, em 1592, contou à Inquisição que os luteranos, “mais e mais poderosos que os católicos, começaram a espalhar seus livros luteranos e semear sua doutrina luterana, fazendo escolas públicas de sua seita”. No mesmo ano, o francês Nicolau Luís, “morador ora em Sergipe, casado com Luísa Fernandes, mameluca”, confessou que havia aproximadamente 24 anos “que, indo ele confessante em uma nau de seu pai de Bordéus para a sua terra, em que não havia portugueses senão todos franceses, foram tomados no mar pelos franceses luteranos, os quais costumavam fazer suas salvas pela manhã e à tarde luteranas na nau”. Já o cristão-velho Rodrigo D’Almeida confessou que nunca tratara com luteranos nem lera seus livros (VAINFAS, 1997: 156, 230).

Após a fracassada tentativa de ocupação territorial brasileira feita pelos franceses, e as ações perpetradas pela Inquisição em território brasileiro, foi a vez dos reformados holandeses no século XVII tentarem conquistar e colonizar o Brasil português sob o patrocínio da Companhia das Índias Ocidentais. Posteriormente ao

ataque à Bahia de São Salvador em 1624, que estava temporariamente em poder dos espanhóis, eles conquistaram e se instalaram em Pernambuco, estendendo depois seus domínios para o resto do Nordeste, por vinte e quatro anos (1630-1654).

Sob o governo do príncipe Johann Mauritius van Nassau, a Igreja Reformada Holandesa, além de desenvolver um trabalho de manutenção da fé dos fiéis no Brasil, colaborou com as autoridades civis holandesas, revelando suas estreitas relações com os interesses comerciais e políticos da Companhia das Índias Ocidentais na América Latina. Durante o período de colonização holandesa, o elemento evangélico foi introduzido formalmente com a criação do “consistório” — organismo de gestão e decisão eclesiástica, adaptado ao modelo da igreja reformada metropolitana. Com aproximadamente 50 pastores, organizaram 22 congregações e igrejas reformadas, fundando algumas em aldeias indígenas. Também transformaram templos católicos em templos reformados, despojados dos seus paramentos, do altar e das imagens. Esses números demonstram a preocupação dos reformados em fincar os marcos religiosos nas terras brasileiras.

Dos índios da tribo potiguar, seis jovens seguiram para a Holanda, entre eles, o índio Pedro Poti, permaneceram durante cinco anos nos Países Baixos, onde foram alfabetizados e instruídos na religião reformada. Pouco depois da invasão de Pernambuco, alguns desses índios foram enviados de volta ao Brasil para servirem de *línguas* (tradutores) no contato com seus compatriotas nas aldeias nordestinas.

Convidado, o pastor David Doreslaer mudou-se da capital da Paraíba para a aldeia de Maurícia. Doreslaer e o pastor inglês Johannes Eduardus ampliaram o trabalho missionário e deram início a um trabalho educativo. O primeiro professor protestante entre os índios foi o espanhol Dionísio Biscareto, casado com uma holandesa. Biscareto foi nomeado professor em Itapecerica, a maior aldeia da região de Goiana. Para as aldeias paraibanas, foi indicado o professor inglês Thomas Kemp. Em 1640, começou o trabalho de *brasilianização*, movimento idealizado pelo pastor Soler, da Igreja Francesa no Recife. Ele conheceu um brasileiro razoavelmente experimentado nos princípios da religião, e no ler e escrever, capaz de instruir os índios. O pastor Eduardus, por sua vez, lembrou a existência de índios em idênticas condições em Goiana. Assim, solicitaram ao governo que esses índios fossem nomeados professores nas aldeias, com um salário mensal de 12 florins, soldo de um cabo do exército. Esses dois índios foram os primeiros professores indígenas da Igreja Protestante na América do Sul.

Com a necessidade de um catecismo em língua tupi, o pastor Doreslaer organizou um livro de instrução que foi impresso na Holanda com o título *Uma instrução simples e breve da Palavra de Deus* nas línguas brasileira, holandesa e portuguesa,

confeccionada e editada por ordem e em nome da Convenção Eclesial Presbiterial no Brasil com formulários para batismo e santa ceia acrescentados. Embora o livro tenha sido criticado pelo Presbitério de Amsterdã, a Companhia das Índias Ocidentais mandou imprimi-lo em 1641 e, no ano seguinte, distribuiu-o no Brasil.

No projeto de colonização empreendido por Maurício de Nassau ficou decidido que as terras sergipanas seriam doadas ao Conselheiro de Justiça, o holandês Nommo Oliferdi, através de Escritura de 28 de fevereiro de 1642, a qual determinava no Art. 25 que os próprios colonos deveriam assumir o salário do governador e do pastor. E nos Art. 3º e 4º que se referem à liberdade religiosa dos católicos romanos em território sergipano, ficou estabelecido que não praticariam nem permitiriam outro culto sem a devida permissão da autoridade local.

O governo holandês estabeleceu uma situação político-religiosa que tendia à formação de uma teocracia cristã reformada, concedendo liberdade plena de consciência, porém, restringindo o exercício dos cultos para os não reformados e desconsiderando a autoridade clerical. As cerimônias católicas só poderiam ocorrer dentro das igrejas e, conseqüentemente, estavam proibidas as procissões e outras atividades públicas (NASCIMENTO, 2002).

Depois de sua expulsão das terras brasileiras, Portugal sufocou os germes da “heresia” protestante antes que criassem raízes, restabelecendo “uma teocracia católica romana, que não permitia liberdade religiosa e que se sentia obrigada a tirar a vida daqueles que não estavam dispostos a aceitar seu pensamento” (SCHALKWIJK, 1986: 462).

Aquela situação só iria modificar-se a partir das reformas pombalinas implementadas durante a segunda metade do século XVIII que culminaram com a expulsão e conseqüente desarticulação do trabalho desenvolvido pelos jesuítas durante séculos na vida política e intelectual brasileira e, sobretudo na educação, abrindo espaços para a penetração de novas idéias.

Apesar das autoridades políticas e eclesiásticas da Metrópole criarem obstáculos à entrada de livros no Brasil, considerados perigosos, eles circularam no país. Na América espanhola leu-se tudo que era dado a ler na Espanha. O filólogo e crítico Américo Castro registrou que, em 1600, a Inquisição despachou para o México quase mil volumes, dentre eles, livros de Copérnico, Telésio, Erasmo, clássicos gregos, além de toda a física e matemática européias. Informou ainda que esse fato ocorrera em outros países da América Latina (CASTRO, *apud* FRIEIRO, 1981: 19).

No Brasil do século XVIII, a Inquisição confiscou as bibliotecas particulares dos mineiros Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto, do Coronel José de Resende Costa e do Cônego Luís Vieira da Silva. No entanto, o impacto do movimento de ilustração pombalina no Brasil pôde ser sentido pela vitalidade que ganharam a circulação de livros e idéias. Durante o período, os brasileiros foram

estimulados a ler em Português, ao mesmo tempo em que o Estado fechou os olhos para a leitura dos livros franceses proibidos.

O Cônego tinha em sua casa duzentas e setenta obras, com cerca de oitocentos volumes. Na sua biblioteca, havia livros considerados pela Igreja Católica perigosos e incendiários, contendo o espírito de revolta – o espírito de Satã – escondido nas obras de escritores e filósofos que “discutiam o regime que convinha impor aos povos para fazê-los felizes, benignos e amigos das luzes”. Mais da metade das obras era em latim, outras em francês, português, espanhol, além de 24 livros escritos em inglês. Possuía muitos dicionários, livros de Física, Geometria, Astronomia, História Natural, Geografia, noções de Agricultura e de Arte militar, Teologia, Direito Canônico, Liturgia, Exegese e Apologística cristãs, Filosofia, Metafísica, Lógica e Medicina, além de livros de viagens. Dentre os autores, constavam Voltaire, Racine, Montesquieu, Virgílio, Heráclito, Ovídio, Sêneca, Camões, Verney (FRIEIRO, 1981, p. 25-35).

O poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto tinha uma pequena “livraria”, fora dos cânones pombalinos, com textos de Voltaire, Metastásio e Crébillon e *Arte Gramática Latina*, do padre jesuíta Manuel Álvares, proibida por Pombal. O professor régio de filosofia Manoel José de Siqueira, nomeado para lecionar em Cuiabá, em 1796, levou consigo sua biblioteca com 98 títulos.

Em 1797, em Salvador, começou a funcionar regularmente a loja de livros de Manuel Antonio da Silva. Este livreiro viria a pedir, em 1810, licença para a instalação de uma tipografia na Bahia. A autorização foi concedida no ano seguinte, no mesmo momento em que estava sendo fundada a Biblioteca Pública de Salvador.

Em 1799, duas livrarias viriam a ser instaladas no Rio de Janeiro”. No início do século XIX, em 1817,

quatro novas livrarias foram inauguradas na cidade do Rio de Janeiro, enquanto começava a funcionar a primeira tipografia pernambucana. No mesmo ano do regresso de D. João VI a Portugal, 1821, regulamentou-se a liberdade de imprensa no Brasil e quebrou-se, no Rio de Janeiro, o monopólio da Imprensa Régia com a instalação de duas novas empresas gráficas. Mais quatro novas empresas gráficas foram instaladas na mesma cidade, no ano seguinte (NASCIMENTO, 2001).

Na década de 50 do século XIX, as livrarias se multiplicaram na Corte, demonstrando a existência de um público ávido de livros e, em 1859, elas eram em número de 17. Em Salvador, no ano de 1835, foi instalada a livraria de Carlos Poggeti, à rua Nova do Comércio, nº 21. Dez anos depois a cidade já tinha seis lojas de livros, dentre elas, os estabelecimentos de João Batista Martim, na rua Direita da Misericórdia,

e a de Manuel Antonio da Silva Serva, na rua Direita de Santa Bárbara. Naquele mesmo ano, São Luís possuía três livrarias, a Popular, de José Antonio Gonçalves de Magalhães, na rua Grande, nº 40; a de Domingos Antonio Fontes e a de Francisco Frutuoso Ferreira. No ano seguinte foi fundada a Livraria Universal e, em 1849, a de Antonio José d'Oliveira (MACHADO, 2003, p. 26).

Gilberto Freyre, em seu livro *Ingleses no Brasil*, trata da presença britânica no Brasil do século XIX por cônsules, negociantes, técnicos, mecânicos, missionários, médicos e engenheiros. Em vários momentos do texto, ele registra a presença de livros e jornais ingleses em bibliotecas e casas particulares de brasileiros. Freyre fala da editora Pinheiro, Faria & Comp., estabelecida à rua do Amparo nº 22, em Olinda, afirmando que a cidade “foi nos primeiros decênios do Brasil independente um foco de irradiação de cultura britânica no Brasil”. Registra que a editora publicou em português os *Elementos de Economia Política*, de Stuart Mill e *A caverna da morte*, de Anna Radcliffe. Thomas Lindley, quando esteve na Bahia nos primeiros anos do século XIX localizou na biblioteca de um frade o livro *Wealth of Nations*, de Smith, *América*, de Robertson, e as obras de Pine. Na biblioteca de um médico, foram encontrados livros ingleses de Locke, Newton e Pope (FREYRE, 2000: 38).

No entanto, os livros e impressos não circulavam somente entre os estudantes e letrados. Existia um “submundo” da literatura ilustrada, pois “mesmo sem imprensa na Colônia, as idéias circulavam em panfletos e cópias manuscritas, em cadernos de notas, em textos embarcados clandestinamente e vendidos aos interessados”. A circulação das idéias “afrancesadas” ultrapassava o âmbito das elites esclarecidas, pois foram encontrados cadernos com cópias manuscritas de autores franceses proibidos, como Rousseau, entre os participantes da Inconfidência Baiana de 1798, a Conjuração dos Alfaiates (HILSDORF, 2003: 31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante quase todo o século XX, a historiografia educacional brasileira se utilizou de documentos e obras produzidos por intelectuais e políticos que gestaram a República e por outros que, durante os anos 20, se denominaram mentores de um novo projeto educacional para o país. Entretanto, principalmente a partir dos anos 80, as pesquisas realizadas pelos historiadores da educação trouxeram outras interpretações do período mencionado. Novos trabalhos acadêmicos têm possibilitado desconstruir aquela imagem, mostrando os interesses daqueles grupos, que objetivos eles precisavam alcançar para viabilizar seu projeto político, utilizando-se da educação como alavanca para implementá-lo.

Muito se tem a investigar sobre a produção, circulação e apropriação de impressos no Brasil. Para Jorge Carvalho do Nascimento (2001), “as tintas sombreadas

utilizadas pelos historiadores da cultura para pintar o Brasil dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX consolidaram a visão de que estávamos indigentes de ciência em função das tradições que herdávamos sob a influência dos jesuítas”. O pesquisador Jorge de Souza Araújo afirma que “o brasileiro, se não lia tudo ou bem, ao menos lia. E lia razoavelmente vário e muito” (ARAÚJO, 1999: 19).

Pesquisas realizadas por Maria Lucia Spedo Hilsdorf (2003), João Adolfo Hansen (2002), Jorge Carvalho do Nascimento (2001), Jorge de Souza Araújo (1999), Luis Vilalta (1997), Eduardo Frieiro (1981) e Ubiratan Machado (2003) possibilitam afirmar que existiu uma presença significativa de impressos diversos no Brasil e, conseqüentemente, de leitores, indo de encontro às interpretações construídas que desenham um país inculto. Independente das estratégias utilizadas pelas duas concepções cristãs, a instrução sempre esteve presente no Brasil colonial, através dos soldados de Cristo e de protestantes, além do próprio Estado Português.

O aprofundamento investigativo da história do livro e da leitura no Brasil colonial possibilitará, dentre outras coisas, verificar a circulação de impressos, apreender que comunidades de leitores existiam no país. Necessário se faz rastrear as políticas editoriais adotadas por entidades protestantes e católicas, tanto na área religiosa quanto educacional. Faz-se necessário também examinar os critérios de seleção dos tradutores e dos autores que produziram literatura religiosa e pedagógica, para tentar compreender de que forma os princípios religiosos circularam e foram apropriados pelos seguidores das distintas concepções do cristianismo.

NOTAS

¹ Os cristãos-novos eram os descendentes dos judeus obrigados à conversão ao catolicismo no reinado de D. Manuel, em 1497. Muitas famílias cristãs-novas “migraram para o Brasil exatamente após 1550, atuando decisivamente para a ocupação do litoral brasileiro”, principalmente, para a Bahia e Pernambuco. Eram “artesãos, lavradores, mercadores e senhores de engenho” (VAINFAS, 1997: 6, 7).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Salvador: UFBA; Ilhéus: UESC, 1999.

CHARTIER, Roger. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 1º Tomo. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

_____. **Inglezes no Brasil**. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

FRIEIRO, E. O. **O diabo na livraria do Cônego**. 2ª ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILSDORF, Maria Lucia S. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LEITE, Serafim. **História da Companhia e Jesus no Brasil.** Tomo V. Rio de Janeiro / Instituto Nacional do Livro / Lisboa: Livraria Portugalia, 1945.

MACHADO, Ubiratan. **A etiqueta de livros no Brasil.** Subsídios para uma história das livrarias brasileiras. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. "Instituições, editoras e impressos protestantes no Brasil dos Oitocentos". In: **Anais Eletrônicos do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação.** Uberlândia: EDUFU, 2006a, p. 1-13.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. "A pedagogia dos catecismos protestantes no Brasil Católico". In: **Anais Eletrônicos do IV Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História.** Goiânia: UCG, Editora Vieira, 2006b, p. 1-10.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **Educar, curar, salvar.** O projeto civilizador presbiteriano para o *hinterland* brasileiro. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. "Considerações iniciais acerca da palavra impressa e as práticas religiosas e educacionais protestantes no século XIX". **Revista do Mestrado em Educação.** São Cristóvão: UFS/NPGED. V. 4, p. 67-85, Jan/Jun, 2002.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. "Nota prévia sobre a palavra impressa no Brasil do século XIX: a biblioteca do povo e das escolas". **Revista Horizontes.** Bragança Paulista: Universidade São Francisco. V. 19, p. 11-27, Jan/Dez, 2001.

SCHALKWIJK, Frans L. **Igreja e Estado no Brasil holandês.** Recife: Governo de Pernambuco, 1986.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Confissões da Bahia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.